

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**TERMO DE REFERÊNCIA (TR) Nº 2/2023 -
PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP****1. DEFINIÇÃO DO OBJETO**

1.1. Aquisição de peças para o sistema de VRF do Edifício Sede e do Anexo II - Depósito de Urnas, bem como troca do isolamento do Anexo II (Sistema VRF de precisão do DATA CENTER), por INEXIGIBILIDADE de Licitação, art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021. Destina-se a suprir a falta de peças do sistema de climatização, bem como a efetuar a alterar o revestimento/ isolamento do Anexo II (Depósito de Urnas).

1.2. Quantidade e valor das peças, a serem adquiridas.

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO DA PEÇA	MODEL O	QT D	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	PRAZO ENTREGA
1	PLFY-P125VLMD-E	BOMBA DE DRENO	R61016539	5	R\$ 960,00	R\$ 4.800,00	90 DIAS
2	PLFY-P125VLMD-E	PLACA DE CONTROLE	R61147280	1	R\$ 2.470,00	R\$ 2.470,00	IMEDIATO
3	PLFY-P125VLMD-E	VALVULA DE EXPANSÃO	R63005401	1	R\$ 1.562,00	R\$ 3.124,00	IMEDIATO
4	PLFY-P125VLMD-E	PLACA DE ENDEREÇAMENTO	R63Y37281	1	R\$ 1.109,00	R\$ 1.109,00	IMEDIATO
5	PLFY-P25/100VLM D-E	BOMBA DE DRENO	R636H4539	5	R\$ 960,00	R\$ 4.800,00	90 DIAS
6	PLFY-P25/63VLMD-E	VALVULA DE EXPANSÃO	R63003401	1	R\$ 1.334,00	R\$ 1.334,00	IMEDIATO
7	PLFY-P80/100VBM-E	PLACA DE ENDEREÇAMENTO	T7WE01294	1	R\$ 1.260,00	R\$ 1.260,00	IMEDIATO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8	PLFY- P80/100VLM D-E	VALVULA DE EXPANSÃO	R63 004 401	1	R\$ 1.483,0 0	R\$ 1.483,0 0	IMEDI ATO
9	PUHY- EP200/250/30 0YJM-A	SENSOR DE TEMPERATU RA (TH4)	R120	6	R\$ 268,00	R\$ 1.608,0 0	IMEDI ATO
10	PLFY- P25/100/125V LMD-E	SENSOR DE TEMPERATU RA	R15	8 0	R\$ 192,00	R\$ 15.360, 00	IMEDI ATO
11	PUHY- EP200/250/30 0YJM-A	PLACA DE FILTRO	R61 015 293	1	R\$ 3.880,0 0	R\$ 3.880,0 0	IMEDI ATO
12	PUHY- EP200/250/30 0YJM-A	ATUADOR VALVULA DE EXPANSÃO (LEV2)	R61 092 243	1	R\$ 576,00	R\$ 576,00	IMEDI ATO
13	PUHY- EP200/250/30 0YJM-A	VALVULA DE EXPANSÃO (LEV2)	R61 036 401	1	R\$ 1.780,0 0	R\$ 1.780,0 0	IMEDI ATO
14	PUHY- EP200/250/30 0YJM-A	PLACA DE CONTROLE	R61 058 281	1	R\$ 5.998,0 0	R\$ 5.998,0 0	IMEDI ATO
15	PUHY- EP200/250/30 0YJM-A	ATUADOR VALVULA DE EXPANSÃO (LEV1)	R63 011 401	1	R\$ 385,00	R\$ 385,00	IMEDI ATO
16	PUHY- EP200/250/30 0YJM-A	VALVULA DE EXPANSÃO (LEV1)	R63 4H6 401	1	R\$ 385,00	R\$ 385,00	IMEDI ATO
17	PUHY- EP200/250YJ M-A	PLACA DO INVERSOR DO VENTILADO	R61 037 280	1	R\$ 5.443,0 0	R\$ 16.329, 00	IMEDI ATO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

		R					
18	PUHY-EP200YJM-A	SENSOR DE ALTA PRESSÃO (63HS)	R61006288	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	IMEDIATO
19	PUHY-EP200YJM-A	SENSOR DE BAIXA PRESSÃO (63LS)	R61007288	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00	IMEDIATO
20	PUHY-EP250/300YJM-A	PLACA INVERSORA	R61155280	3	R\$ 11.328,00	R\$ 33.984,00	IMEDIATO
21	PUHY-EP250YJM-A	SENSOR DE ALTA PRESSÃO (63HS)	R61T01227	1	R\$ 1.536,00	R\$ 1.536,00	IMEDIATO
22	PUHY-EP250YJM-A	SENSOR DE BAIXA PRESSÃO (63LS)	R61T01228	1	R\$ 1.536,00	R\$ 1.536,00	IMEDIATO
23	PUHY-EP300YJM-A	SENSOR DE ALTA PRESSÃO (63HS)	R63024288	1	R\$ 2.160,00	R\$ 2.160,00	IMEDIATO
24	PUHY-EP300YJM-A	SENSOR DE BAIXA PRESSÃO (63LS)	R63025288	1	R\$ 2.160,00	R\$ 2.160,00	IMEDIATO
25	PUHY-EP300YJM-A	PLACA DO VENTILADOR	R61084281	1	R\$ 4.637,00	R\$ 4.637,00	IMEDIATO
26	-	ISOLANTE TERMICO ELASTOMERICO 25X28 ARMACELL - 1.1/8"	ISOLA1	25	R\$ 127,00	R\$ 3.175,00	IMEDIATO

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

27	-	ISOLAMENT O TERMICO ELASTOMER ICO 19X15X2000 mm	ISEL- M15	4 5	R\$ 42,00	R\$ 1.890,0 0	IMEDI ATO
28	-	ISOLAMENT O ELASTOMER IOCO 13X12X2000 mm ARMAFLEX	ISEL- M12	2 5	R\$ 25,00	R\$ 625,00	IMEDI ATO
29	-	ADESIVO ARMAFLEX 520S 0,9L	AD/AR M- 520S	2	R\$ 264,00	R\$ 528,00	IMEDI ATO
30	-	FITA ELASTOMER ICA ADESIVA 3mmX50mmX 10m	FT/EL- ARM	2 0	R\$ 245,00	R\$ 4.900,0 0	IMEDI ATO
31	-	TINTA ARMAFINIS H, 3600ml, COR BRANCA	ARM/F INS - 3,6BR	3	R\$ 1.174,0 0	R\$ 3.522,0 0	IMEDI ATO
VALOR TOTAL DAS PEÇAS/ MATERIAIS						R\$ 107.924,00	

1.3. Demais regras das condições e especificações da solução: as peças acima elencadas foram apresentadas pela empresa prestadora de serviços de manutenção do sistema VRF deste TRE-RO. A garantia será a fornecida pela empresa FAM para as peças que forem adquiridas e deverá ter um prazo mínimo de 90 (noventa) dias ou a garantia do fabricante quando esta última possuir um maior prazo de cobertura.

2. PREVISÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL

2.1. A demanda **NÃO** está prevista no Plano Anual de Contratações do TRE-RO, contudo será feito uso da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

2.2. Por ter ocorrido (e ainda ocorrem) problemas em sensores térmicos, bombas de dreno, placas de inversão de ventiladores e outros componentes do sistema de climatização do tipo VRF da marca Mitsubishi, instalado no Edifício Sede e Anexo II deste Regional, e por não haver mais disponibilidade orçamentária no Contrato n. 08/2018 ([0301448](#)), visto que foi gasto R\$ 22.195,00 (vinte e dois mil cento e noventa e cinco reais) com peças, que completou o limite do contrato informado (que é de R\$ 30.000,00 - trinta mil reais), conforme consta do evento [0960666](#), passa-se a efetuar esta aquisição por inexigibilidade, visto que a empresa FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR CONDICIONADO LTDA, CNPJ n. 84.113.349/0001-20, localizada na Rua Barata, 390, Distrito Industrial, na cidade de Manaus - AM, tem EXCLUSIVIDADE de fornecimento de peças no Brasil, conforme documento comprobatório [1019986](#).

2.3. Assim, será utilizada a disponibilidade orçamentária contida no Plano Interno IEF MANPRE - Manutenção predial sob demanda - Imóveis da JE em Rondônia.

3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

3.1. O Sistema de Climatização do Edifício Sede e do Anexo II - Depósito de Urnas tem apresentado problemas em alguns sensores, bombas de dreno e outras peças que necessitam a reposição quase que imediata, pois têm ocorrido falhas e defeitos quase que diariamente e tais peças necessitam de substituição. Além disso, foi visto que o isolamento térmico do sistema de precisão, instalado no Anexo II, precisa ser recomposto vez que o isolamento existente está se desfazendo e caindo em cima da marquise daquela edificação. Insta ainda informar que as peças possuem um preço bem mais acessível em vista da aquisição quando feita diretamente com a empresa prestadora de serviços de manutenção, de modo que seremos atendidos com a maior brevidade e melhor preço.

3.2. Para isso será feita a aquisição por inexigibilidade de licitação, de acordo com os termos do art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021.

3.3. Os demais elementos que fundamentam a presente contratação fazem parte dos estudos da fase de planejamento da contratação constantes nos seguintes documentos:

3.3.1. Documento de Formalização da Demanda - [1016972](#);

3.3.2. Carta de Exclusividade da FAM - [1019986](#).

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Nota: A descrição da solução como um todo deverá considerar o **ciclo de vida do objeto**, na sua totalidade, inclusive a especificação da garantia, quando couber, e as exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica e econômica da contratação.

4.1. O ciclo de vida deste projeto é para resolver de modo imediato a substituição de algumas peças, doravante será feito novo Termo de Referência para adequar à necessidade anual de peças, vez que o limitador de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) anuais contido no processo para a contratação de serviços será mínimo para um período maior.

4.2. O processo para executar a licitação teve que ser feito com essa previsão, que foi feita com base em aquisições anteriores, mas era vinculada ao processo de contratação dos serviços, mesmo havendo a possibilidade de inexigibilidade com a certificação apresentada pela empresa FAM AR CONDICIONADO ([1019986](#)).

4.3. Assim, ao verificar tal condição diretamente com a empresa FAM verificou-se que o prazo e outras condições acima informadas são mais benéficas à Administração Pública se assim for feita, vez que não há disponibilidade contratual com a empresa VENTO SUL (atual contratada para manutenção do VRF).

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Nota: Reproduzir os requisitos da contratação que constam do ETP ou, eventualmente, alguma que ainda não fora prevista.

5.1. A aquisição será feita por Inexigibilidade e dar-se-á na forma da lei, com a devida comprovação da inexigibilidade e nos prazos apontados no Anexo II - Cotação de Preços enviada pela empresa FAM ([1023072](#))

6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

A contratação possui critérios de sustentabilidade e/ou observou as práticas sustentáveis indicadas no item 16 do ETP da contratação?

(x) Não. Justificativa: a empresa prestadora dos serviços de manutenção tem feita a coleta e o devido descarte das peças substituídas, doravante não será diferente.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

7.1. Prazos e Condições:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.1.1 Os produtos fornecidos deverão ser entregues nos prazos apontados no Anexo II - Cotação de Preços enviada pela empresa FAM ([1023072](#)), a contar da entrega da nota de empenho.

7.1.2 A entrega deverá ser realizada no seguinte endereço: Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa da União, CEP 76805-901, em Porto Velho/ RO.

7.2. Deveres e Responsabilidades do contratante:

7.2.1. Relatar, por escrito, com a devida comprovação, as eventuais irregularidades na entrega dos materiais;

7.2.2. Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições estabelecidas no instrumento de contrato;

7.2.3. Notificar a contratada para, no prazo máximo concedido, contados do recebimento da notificação, cumprir obrigações relacionadas aos aspectos em desacordo com as regras do contrato, alertando sobre as sanções que poderão ser aplicadas nas hipóteses de descumprimentos injustificados;

7.2.4. Rejeitar, através do fiscal contrato, a entrega de material ou a execução dos serviços prestados em desacordo com as obrigações estabelecidas no contrato e fixar prazo para a correta execução;

7.2.5. Receber os bens ou os serviços, por meio do fiscal contrato, em caráter provisório e definitivo, após verificar a sua conformidade com o estabelecido neste termo de referência e no contrato, certificando as notas fiscais da entrega;

7.2.6. Realizar o pagamento dos bens entregues ou dos serviços prestados na forma estabelecida neste termo de referência e no contrato:

7.2.6.1. O pagamento será realizado mediante ordem bancária ou por OBPIX, por meio do Banco do Brasil S/A, em moeda corrente, até 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da nota fiscal/fatura, após o recebimento definitivo dos bens ou dos serviços atestados pelo fiscal e autorizado pelo gestor do contrato, aplicadas as retenções legais, inclusive quanto à legislação municipal do imposto sobre serviços.

7.2.6.2. Para o pagamento por meio de OBPIX serão aceitas chaves PIX nos formatos CPF/CNPJ, email, número de celular ou chave aleatória.

7.2.6.3. Poderá ainda o pagamento via OBPIX utilizar apenas o domicílio bancário (banco, agência e nº de conta), desde que haja chave PIX cadastrada para o domicílio bancário, exigindo-se, contudo, que a contratada informe tratar-se de conta corrente ou conta poupança.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.6.4. O pagamento via OBPIX não será realizado caso apresentado apenas imagem de QR-Code.

7.2.6.5. Além das demais obrigações aplicáveis aos pagamentos, disciplinadas neste termo de referência, na época do pagamento a contratada deverá demonstrar regularidade com os Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Seguridade Social, Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e obrigações trabalhistas, que pode ser feita por meio de consulta ao SICAF ou aos sítios oficiais. Também será consultada sua situação no Conselho Nacional de Justiça.

a) Em qualquer caso, na hipótese de comprovação de irregularidades impeditivas à contratação, a contratada deverá regularizar a situação em até 05 (cinco) dias. Enquanto correr o prazo, sem a apresentação da regularidade pendente, o pagamento ficará sobrestado.

b) extinto o prazo sem a devida comprovação de regularidade, a nota fiscal será enviada para pagamento com a retenção preventiva do valor relativo a possível aplicação de penalidade de multa.

7.2.6.6. Nenhum pagamento será realizado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira imposta à contratada em virtude de penalidades ou inadimplências sem que isso gere direito a reajustamento ou realinhamento de preços.

7.2.6.7. Pelos eventuais atrasos dos pagamentos, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo adimplemento da obrigação, será calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$\frac{EM}{Na} = \frac{I}{365} \times N \times \frac{VP}{100}$$

qual:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = \frac{(TX)}{365} \quad I = \frac{(6/100)}{365} \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

7.2.6.8. a compensação financeira será incluída em fatura/nota fiscal emitida posteriormente à ocorrência.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

7.2.7. Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

7.3. Deveres e Responsabilidades da Contratada:

7.3.1 Cumprir e fazer cumprir todos os prazos e condições para a execução do objeto nos termos estabelecidos na sua proposta comercial e no instrumento de contrato;

7.3.2 Aceitar, atendendo à conveniência e necessidades do contratante, acréscimos ou supressões do objeto da contratação em até 25 % (vinte e cinco por cento) do valor total ou estimado do contrato, na forma do artigo 125 da Lei n. 14.133/2021;

7.3.3 Indicar, quando exigível, um preposto para o contrato, sendo este o interlocutor da contratada para os assuntos relativos ao cumprimento das cláusulas contratuais e para participar de reuniões de acompanhamento, sempre que solicitado pelo contratante;

7.3.4 Responder solicitações para elucidação de eventuais questões relacionadas à execução do contrato;

7.3.5 Responsabilizar-se técnica e administrativamente pelo objeto contratado, não sendo aceito, sob qualquer pretexto, a transferência de responsabilidade a outras entidades, sejam fabricantes, técnicos ou quaisquer outros;

7.3.6 Apenas subcontratar parcialmente a execução do objeto do contrato com prévia anuência do contratante e com observância estrita das regras definidas no contrato;

7.3.7 Refazer ou corrigir os serviços não aprovados pela fiscalização e cumprir as obrigações pendentes em até 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação, salvo justificativa razoável;

7.3.8 Comunicar ao gestor do contrato, por escrito, toda e qualquer anormalidade de caráter urgente que possa impossibilitar a execução do objeto do contrato e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.3.9 Arcar com todos os custos diretos e indiretos que incidam sobre a execução do objeto do contrato, tais como: as despesas relativas à execução dos serviços, impostos, taxas, encargos, mão de obra, materiais, equipamentos e todos os demais incidentes sobre a prestação dos serviços;

7.3.10 Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, de seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias e quaisquer outras que



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

forem devidas e referentes aos serviços executados por seus empregados, uma vez que estes não têm nenhum vínculo empregatício com o contratante;

7.3.11 Responder por valores adicionais ao valor do contrato, tais como custos de deslocamento, alimentação, transporte, alojamento, trabalho em sábados, domingos, feriados ou em horário noturno, bem como qualquer outro valor adicional;

7.3.12 Responder integralmente por perdas e danos que vier a causar ao Tribunal ou a terceiros em razão de ação ou omissão, dolosa ou culposa, sua ou dos seus prepostos, independentemente de outras combinações contratuais ou legais a que estiver sujeita;

7.3.13 Fornecer a seus empregados todos os instrumentos necessários à execução de serviços;

7.3.14 Informar a relação dos empregados que prestarão serviços nas dependências deste Regional ou entre outro local a seu critério;

7.3.15 Garantir o mais rigoroso sigilo sobre quaisquer dados, informações, documentos e especificações que venham a ter acesso em razão dos serviços prestados, não podendo, sob qualquer pretexto, revelá-los, divulgá-los ou reproduzi-los;

7.3.16 Manter, durante toda a vigência do contrato, as condições de habilitação exigidas na contratação.

7.3.17 Cumprir as demais disposições contratuais, legais, principalmente da legislação específica aplicável à execução do objeto do contrato.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1. Indicação da Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato:

- a. A Gestão do contrato ficará a cargo do Chefe da Seção de Manutenção Predial - SEMAP.
- b. A fiscalização ficará a cargo do servidor Mirvaldo Moraes de Souza.

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:

8.2.1. São atribuições do fiscal, que poderá solicitar manifestações, laudos e pareceres técnicos de profissional habilitado para subsidiar sua atuação:

I - Acompanhar a entrega das peças, manifestando-se sobre as eventuais irregularidades, desconformidades e ocorrências que afetem a qualidade do sistema;

II - Recusar as peças em desacordo com o especificado e determinar a recusa do recebimento e cientificar o gestor do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - Atestar o funcionamento das peças e registrar a conformidade em documento;

IV - Analisar, conferir e atestar as notas fiscais, por meio de nota técnica, e encaminhar a documentação ao Gestor do contrato, o qual remeterá à SAOFC, manifestando-se sobre o pagamento;

V - Comunicar à contratada, pela via mais célere, eventuais irregularidades na execução do contrato, estabelecendo prazo para solução dos problemas apontados e comprovar o recebimento da comunicação pela contratada, cuja cópia deverão ser juntadas no processo para ciência do gestor;

VI - Exercer as demais atribuições de fiscal estabelecidas no art. 27 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

VII - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

8.2.2. O gestor do contrato ficará responsável por:

I - Zelar pela boa execução do objeto pactuado, exercendo as atividades de orientação e controle previstos nas normas de gestão de contratos da Justiça Eleitoral, atuando de forma complementar ao fiscal do contrato, atuando de forma preventiva e proativa, alertando o contratado para a proximidade do vencimento de prazos e obrigações relacionadas ao contrato que possam repercutir no cumprimento dos encargos assumidos;

II - Proceder à imediata notificação à contratada nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais, concedendo prazo razoável, quando não fixado no próprio contrato, para sua correção;

III - Registrar os ajustes acordados com o representante da contratada, colhendo sua assinatura e promovendo a sua juntada ao processo;

IV - Juntar no próprio processo, ou em outro relacionado especialmente aberto com este fim - quando a natureza, a complexidade ou o valor da contratação assim determinar - as ocorrências verificadas na execução contratual, bem como as medidas levadas a efeito para sua solução, as quais serão parte integrante do processo de contratação respectivo;

V - Exercer as atribuições de fiscal de documentação, realizando o controle e acompanhamento da parte referente à documentação formal do contrato, compreendendo a verificação da legislação fiscal, tributária, comercial e contábil;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VI - Dirimir dúvidas e responder a consultas e requerimentos quanto aos termos do contrato, inclusive quanto à alteração contratual, ouvindo, quando necessário, o fiscal do contrato;

VII - Aplicar, se entender conveniente, de forma fundamentada, a pena de advertência e propor à autoridade superior a aplicação de outras penalidades, previstas no contrato;

VIII - Comunicar à Administração, por escrito, sobre o término do contrato, observando o prazo de até 90 (noventa) dias corridos, apresentando as justificativas necessárias, caso se trate da realização de nova licitação, de prorrogação do contrato ou de contratação direta;

IX - Acompanhar todos os atos praticados pelo fiscal de execução, manifestando-se quando necessário;

X - Autorizar o fornecimento de peças pela contratada, zelando pela disponibilidade orçamentária;

XI - Solicitar, sempre que julgar necessário, manifestação expressa das unidades de assessoria e técnicas do Tribunal;

XII - Praticar outros atos e prestar quaisquer informações afins a suas atribuições sempre que solicitadas pelo Secretário da SAOFC ou outra autoridade do Tribunal;

XIII - Exercer as demais atribuições de gestor estabelecidas no art. 28 da IN/TRE nº 004/2008 ou outra norma que venha a substituí-la;

XI - Exercer quaisquer outras atribuições derivadas da lei, regulamentos, das demais normas aplicadas ao contrato ou sempre que o exigir o interesse da Administração Pública.

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação

8.3.1. Será realizada uma reunião inicial do contrato com a participação da contratada, do gestor e fiscais do contrato.

8.3.2. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

ASSUNTO	E-MAIL
Envio de notas fiscais e informações sobre faturamento	E-mail institucional
Informações técnicas	E-mail institucional

8.2. Procedimentos de Gestão e Fiscalização do Contrato:



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

8.2.1. O gestor do contrato ficará responsável por:

8.2.1.1. Controlar prazos e indicadores contratuais;

8.2.1.2. Atestar notas fiscais;

8.2.1.3. Tratar eventuais irregularidades constatadas na execução contratual;

8.2.1.4. Realizar o recebimento definitivo, emitindo o respectivo termo;

8.2.1.5. Verificar obrigações previstas no encerramento do contrato.

8.2.2 O fiscal técnico do contrato ficará responsável por:

8.2.2.1. Acompanhar a execução do objeto de acordo com o contrato;

8.2.2.2. Monitorar cumprimento de prazos contratuais;

8.2.2.3. Aferir as entregas da execução em relação ao objeto contratado;

8.2.2.4. Informar ao gestor do contrato qualquer irregularidade na execução do objeto ou descumprimento dos níveis de serviços contratados.

8.3. Mecanismos Formais de Comunicação

8.3.1. O mecanismo formal de comunicação utilizado no contrato será o e-mail, conforme detalhamento a seguir:

ASSUNTO	E-MAIL
Envio de notas fiscais e informações sobre faturamento	E-mail fiscal técnico
Informações técnicas	E-mail fiscal técnico

9 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

9.1. Os pagamentos serão realizados mensalmente em moeda corrente, até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da data de entrada dos seguintes documentos neste Tribunal:

- a. Certidões de Regularidade;
- b. Nota Fiscal referente à competência.

10. REAJUSTE CONTRATUAL

10.1. Critérios de reajuste dos preços do contrato: adota-se, preferencialmente, o **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA**, por ser mais compatível com o objeto licitado, devendo o pedido ser



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

justificado pela Contratada, somente após 12 meses da data da apresentação da proposta

11. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O valor total estimado para a contratação é de **R\$ 107.924,00 (cento e sete mil novecentos e vinte e quatro reais)**.

11.2. O detalhamento do valor a ser pago, integra o Anexo II - Proposta Comercial da FAM, evento [1023072](#).

11.2 A contratação será processada por inexigibilidade de licitação, tratando-se de contratação com fundamento no inciso I do artigo 74 da Lei n. 14.133/2021.

12. ADERÊNCIA ORÇAMENTÁRIA

12.1. A fonte orçamentária para o custeio da despesa está indicada no quadro adiante:

FONTE ORÇAMENTÁRIA			
Tipo de Orçamento	Item de despesa do planejamento orçamentário	Plano Interno	Previsão de execução orçamentária por ano
			exercício corrente (R\$)
Ordinário	Manutenção predial sob demanda - Imóveis da JE em Rondônia	IEF MANPRE	R\$ 107.924,00
Valor Total			R\$ 107.924,00

13. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

13.1. Os critérios de habilitação jurídica e regularidade fiscal e trabalhista para aceitação da proposta apresentada:

13.1.1. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **HABILITAÇÃO JURÍDICA** são os seguintes:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhado do rol de diretores em exercício; e

d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, bem como ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

13.1.2. Os documentos a serem apresentados para comprovação da **REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA** são os seguintes:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Prova de regularidade junto à Fazenda Federal (inclusive contribuições sociais/previdenciárias), mediante certidão negativa de débitos ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

d) Prova de situação regular perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço- FGTS, mediante a apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou comprovação equivalente, idônea e suficiente.

13.1.3. Os documentos acima poderão ser substituídos pelo certidão do SICAF.

14. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES APLICÁVEIS

14.1. SANÇÕES: Na ocorrência das infrações administrativas descritas adiante, as sanções previstas no art. 156 da Lei n. 14.133/2021 poderão ser aplicadas da forma seguinte:

14.1.1. Advertência: pela cometimento da infração administrativa de **dar causa à inexecução parcial do contrato**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

14.1.2. Multa: de 5,0% (cinco por cento) a 30% (trinta por cento), de acordo com a gravidade da conduta, do valor do contrato celebrado ou da



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

obrigação inadimplida, aplicada ao responsável por qualquer das seguintes infrações administrativas:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- II - dar causa à inexecução total do contrato;
- III - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- IV - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- V - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.1.3. Impedimento de licitar e contratar: quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.

14.1.4. Declaração de inidoneidade: será aplicada quando justificada a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no item 14.1.3 desta seção e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, por qualquer das seguintes infrações administrativas:

- I - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para a seleção da proposta ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- II - praticar ato fraudulento na execução do contrato;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

III - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

IV - praticar ato lesivo previsto no art. 5º, da Lei n. 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. O procedimento e demais critérios para aplicação das sanções estabelecidas no item 14.1 desta seção observarão as normas gerais da Lei n. 14.133/2021 e, ainda, aquelas estabelecidas em regulamento por este Tribunal.

15. DOS ANEXOS DESTES TERMO DE REFERÊNCIA

15.1. São partes integrantes deste Termo de Referência os seguintes anexos:

- a) Anexo I - Carta de Exclusividade FAM - [1019986](#);
- b) Anexo II - Proposta comercial da FAM - [1023072](#);
- c) Anexo III - SICAF FAM - [1023569](#).



Documento assinado eletronicamente por **HYDEN COSTA HAYDEN, Chefe de Seção**, em 20/06/2023, às 16:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1018810** e o código CRC **4891070E**.

0001028-38.2023.6.22.8000

1018810v37

Criado por 021626211392, versão 37 por 021626211392 em 20/06/2023 16:10:38.

PROCESSO: 0001028-38.2023.6.22.8000.

INTERESSADO: SEMAP



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e materiais do sistema de VRF - por inexigibilidade de licitação. - Análise.

PARECER JURÍDICO Nº 139 / 2023 - PRES/DG/SAOFC/AJSAOFC

I - RELATÓRIO

01. Trata-se de processo administrativo instaurado pela SEMAP ([1016720](#)) com vistas à Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e materiais do sistema de VRF, por inexigibilidade de licitação, de modo a suprir as necessidades atuais de sensores térmicos no segundo piso do Edifício Sede, proteção térmica dos tubos do sistema no Anexo II, peças para repor durante a execução do contrato no ano de 2023 e parte de 2024, com contornos iniciais delineados no Documento de Formalização de Demanda - DFD juntado no evento ([1016972](#)).

02. Registra-se que o pedido da compra foi elaborado pelas regras do regime jurídico da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021, aplicável a este Tribunal pela regulamentação que consta da Instrução Normativa TRE-RO n.9, de 11/10/2022, publicada no DJE TRE-RO n. 250, de 05/09/2022 e de observância obrigatória neste Órgão para os processos instaurados a partir de 07/11/2022 ([0934832](#)).

03. O Secretário da SAOFC, por meio do Despacho n. 1144/2023 ([1017692](#)), analisou que, de acordo com as justificativas apontadas no DFD, a contratação não exigiria a instituição de Equipe de Planejamento da Contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, bem como a elaboração de Estudo Técnico Preliminar e Mapa de Riscos. Assim, com fundamento no § 3º da IN TRE-RO n. 9/2022, encaminhou o processo à SEMAP para elaboração do Termo de Referência, realização de pesquisa de preços e elaboração da Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação - ICVEC.

04. Para instrução inicial do feito, foram juntados os seguintes documentos ao processo:

I - Termo de Referência n. 2/2023 que reproduz as regras da contratação direta, via inexigibilidade de licitação ([1018810](#));

II - Carta de exclusividade emitida pela Mitsubishi Electric Corporation informando que a empresa FAM da Amazônia Ind e Com de Ar Condicionado Ltda é, no momento, o único distribuidor no Brasil para fornecimento de partes e peças para equipamentos de ar condicionado tipo Split, Ar-Condicionado do tipo Package, Ar-Condicionado do tipo VRF



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

City Multi e Ar-Condicionado do tipo Split System, Secadores de Mãos Jet Towel, sistemas de ventilação e recuperação de energia produzidos pela Mitsubishi Eletric Corporation ([1019986](#));

III - Proposta Comercial da empresa FAM da Amazônia Ind e Com de Ar Condicionado Ltda; ([1023072](#));

IV - Comprovação da regularidade para contratar com a Administração Pública por meio do SICAF ([1023569](#));

05. Por conseguinte, a SEMAP manifestou-se observando que a empresa FAM da Amazônia Ind e Com de Ar Condicionado Ltda, CNPJ n. 84.113.349/0001-20, cumpriu os requisitos previstos no Termo de Referência ([1018810](#)) para contratar com a Administração e sugeriu **CONTRATAÇÃO DIRETA, por inexigibilidade, com fundamento no art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021** ([1023576](#)).

06. Por meio do Despacho n. 1283/2023 ([1023822](#)), o Secretário da SAOFC, com supedâneo no regimento jurídico da Lei Federal 14.133/2021 e na Instrução Normativa n. 09/2022 TRE-RO, determinou a remessa do processo à SEMAP para a devida inclusão da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação - ICVEC visando à correta instrução do feito.

07. Em atendimento ao despacho supra, a SEMAP carrou ao processo a Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação - ICVEC visando ao saneamento feito ([1025166](#)) e mais uma vez ratificou a informação de que a empresa FAM da Amazônia Ind e Com de Ar Condicionado Ltda, CNPJ n. 84.113.349/0001-20, cumpriu os requisitos previstos no Termo de Referência ([1018810](#)) para contratar com a Administração, sugerindo a contratação direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021 ([1025181](#)).

08. Por meio do Despacho n. 1306/2023 ([1025191](#)), o Secretário da SAOFC determinou a remessa do processo à SAC para análise dos documentos da etapa de planejamento da contratação, à COFC para programação orçamentária, à SECONT para elaboração de minuta de instrumento contratual e, por fim, a esta Assessoria Jurídica para emissão de parecer.

09. Por sua vez, a SAC solicitou diligências junto à SEMAP com o fito de atendimento ao previsto no art. 7º da Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020 e a consequente reformulação da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação - ICVEC ([1026276](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

10. Após o atendimento da diligência solicitada por meio da juntada de nova Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação - ICVEC ([1027148](#)), a Seção de Apoio às Contratações (SAC) concluiu sua análise nos seguintes termos ([1027274](#)):

3- Como já registrado nesta análise, comprovou-se a regularidade da empresa **FAM da Amazônia Ind e Com de Ar Condicionado Ltda**, CNPJ: **84.113.349/0002-00.**, para contratar com a Administração Pública.

4- Após a análise formal, verifica-se que a **FASE DE PLANEJAMENTO**, a **PESQUISA DE PREÇOS - ESTIMATIVA DA DESPESA** e o referido **TERMO DE REFERÊNCIA - CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 2/2023 - PRES/DG/SAOFC/COSEG/SEMAP** ([1018810](#)), complementado pela proposta juntada no evento ([1023072](#)), encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 74, inciso I, da Lei 14.133/2021, para **contratação direta por inexigibilidade de licitação**, a ser analisada pela Assessoria Jurídica da SAOFC, nos termos do art. 26, inciso V, da IN n. 009/2022-TRE-RO.

11. A programação orçamentária da despesa foi juntada no evento ([1027452](#)), documento que também registra que a despesa pretendida pela Administração está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a lei orçamentária anual, além de compatível com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias referentes a este exercício financeiro.

12. Ato contínuo, com fundamento no Termo de Referência (TR) n. 2/2023 ([1018810](#)), a SEMAP informou que a contratação em tela não necessitaria de elaboração de contrato, por se tratar de bens comuns sem obrigações posteriores a serem cumpridas, exceto a garantia das peças ([1027618](#)).

13. Por fim, a SECONT, considerando que a contratação não exigiria a elaboração de contrato, trouxe ao processo termo de conclusão ([1027808](#)). Assim instruídos, vieram os autos para análise jurídica.

É o necessário relato.

II – CONSIDERAÇÕES INICIAIS

14. Inicialmente, convém ressaltar que este parecer utiliza como base os elementos que constam nestes autos (Processo SEI n. 0001028-38.2023.6.22.8000) até a presente data. Ressalte-se que, conforme art. 58-A, inciso I c/c XI, do Regimento Interno do Corpo Administrativo do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia, com redação dada pelo Resolução TRE-RO n. 11/2022, e demais atos normativos regulamentadores



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

das atividades dos Assessores Jurídicos, é responsabilidade desta Assessoria prestar consultoria jurídica, de forma imparcial, aos atos praticados no âmbito do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia – TRE/RO.

15. Por sua vez, no regime jurídico da **Lei n. 14.133/2021**, encontram-se as seguintes regras no tocante à atuação da Assessoria Jurídica nos processos de contratação:

Art. 53. Ao final da fase preparatória, o processo licitatório seguirá para o órgão de assessoramento jurídico da Administração, que realizará **controle prévio de legalidade mediante análise jurídica da contratação**.

§ 1º Na elaboração do parecer jurídico, o órgão de assessoramento jurídico da Administração deverá:

I - apreciar o processo licitatório conforme critérios objetivos prévios de atribuição de prioridade;

II - redigir sua manifestação em linguagem simples e compreensível e de forma clara e objetiva, com apreciação de todos os elementos indispensáveis à contratação e com exposição dos pressupostos de fato e de direito levados em consideração na análise jurídica;

III - (VETADO).

§ 2º (VETADO).

§ 3º Encerrada a instrução do processo sob os aspectos técnico e jurídico, a autoridade determinará a divulgação do edital de licitação conforme disposto no [art. 54](#).

§ 4º Na forma deste artigo, o órgão de assessoramento jurídico da Administração **também realizará controle prévio de legalidade de contratações diretas**, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. (sem destaques no original)

16. O presente parecer restringir-se-á aos aspectos jurídicos dos documentos e elementos que instruem a fase de planejamento da contratação, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito técnico e administrativo, salvo patente ilegalidade. Isso não significa, porém, que não poderão ser tecidas considerações e recomendações a respeito da motivação dos atos para melhor embasá-los. Até porque, na forma do **art. 169 da Lei n. 14.133/2021**, as unidades de assessoramento jurídico, ao lado do controle interno do órgão, **integram a segunda linha de defesa** na busca de práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo. A manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados.

III - ANÁLISE JURÍDICA



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

3.1 Da verificação do cumprimento dos requisitos legais da fase preparatória da contratação:

17. De acordo com o **art. 18 da Lei n. 14.133/2021**, a fase **preparatória** do processo **licitatório** é caracterizada pelo **planejamento** e deve compatibilizar-se com o **plano de contratações anual** também disciplinado por essa norma, devendo abordar todas as considerações técnicas, mercadológicas e de gestão que possam interferir na contratação por meio de diversos instrumentos listados nesse dispositivo.

18. Contudo, o caso em análise não busca a realização de um certame licitatório, de maior complexidade. Trata-se da via da contratação direta, por **inexigibilidade de licitação** em razão de ausência de competição para o objeto pretendido, porque prestado de forma exclusiva por um único fornecedor. Para hipóteses como tais a **Lei n. 14.133/2021** elencou os documentos que devem instruir o processo de contratação. Veja-se:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de **inexigibilidade** e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no [art. 23 desta Lei](#);

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

19. Para regulamentar o referido comando legal, no âmbito deste Tribunal foi editada a **Instrução Normativa TRE-RO n.9/2022**, que disciplina as regras e procedimentos para as contratações diretas realizadas por inexigibilidade e dispensa de licitação. Assim, de igual forma, o referido normativo também dispõe:

CAPÍTULO II

PLANEJAMENTO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Art. 3º O planejamento das contratações realizadas por meio de inexigibilidade e dispensa de licitação será composto pelos seguintes documentos, quando não dispensados parcialmente na forma regulada por esta instrução normativa:

I - Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;

II - Formulário de Instituição da Equipe de Planejamento da Contratação;

III - Estudo Técnico Preliminar;

IV - Mapa de Riscos;

V - Estimativa da Despesa, a ser apurada por meio de pesquisa de preços e registrada na Informação Conclusiva do Valor Estimado da Contratação (ICVEC), documento padronizado pelo TRE-RO no Anexo V deste normativo;

VI - Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo;

VII - Indicação e Ciência de Equipe de Gestão e Fiscalização de Contrato, quando houver.

§ 1º O planejamento das contratações compete às unidades demandantes e, quando houver designação, às equipes de planejamento das contratações, às quais incumbe a elaboração dos documentos indicados no caput.

§ 2º A elaboração dos documentos previstos nos incisos I, V e VI do caput é obrigatória para todas as contratações diretas, exceto na ocorrência das situações previstas no inciso VIII do artigo 75 da Lei n. 14.133/2021, para as quais a elaboração poderá ser dispensada, sem prejuízo da observância, naquilo que aplicável, do § 6º desse dispositivo legal.

§ 3º A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é **facultativa**, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

§ 4º A elaboração do documento previsto no inciso II do caput é obrigatória nas contratações cujo planejamento contenha estudos técnicos preliminares e mapa de riscos, quando a complexidade assim exigir.

§ 5º A elaboração do documento previsto no inciso VII do caput será adotada nas contratações formalizadas mediante termo de contrato, quando a complexidade assim exigir.

§ 6º O planejamento da contratação poderá, a critério da unidade demandante ou da equipe designada, conter outros documentos considerados necessários à instrução processual.

§ 7º O gestor da unidade demandante deverá, como condição para o encaminhamento do processo à SAOFC, manifestar expressa concordância com os termos da contratação proposta.

20. Como visto pelos dispositivos acima que estabelecem os documentos da fase de planejamento das contratações diretas, cuja análise será realizada de forma individual neste parecer:

I - Poderão ser dispensados de forma justificada:

a) a equipe de planejamento da contratação;



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

- b) o Estudo Técnico Preliminar; e
- c) o mapa de riscos;
- d) Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato.

II - Por sua vez, são obrigatórios a todas elas:

- a) Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação;
- b) Estimativa da Despesa; e
- c) Termo de Referência ou Projeto Básico e Projeto Executivo.

3.1.1 Da análise dos elementos do Documento de Formalização da Demanda - DFD (Solicitação de Contratação):

21. O Documento de Formalização da Demanda/Solicitação de Contratação está disciplinado pelo art. 4º da IN TRE-RO n. 9/2022, que o padroniza na forma de seu anexo IV, documento utilizado pela SEMAP para o registro de sua demanda ([1016972](#)). Verifica-se que todos os elementos exigidos pelo referido regulamento foram informados pela unidade demandante. Destaca-se que nas **informações adicionais** a unidade justificou a dispensa de equipe de planejamento, estudo técnico preliminar, mapa de riscos da contratação e Equipe de Gestão e Fiscalização de contrato, basicamente pelo seguinte:

Nos precisos termos do art. 3º, § 3º, da IN n. 09/2022, tem-se que:

A elaboração dos documentos previstos nos incisos II, III, e IV do caput é facultativa, a critério da unidade demandante ou decidido pelo titular da Secretaria de Administração, Orçamento e Finanças (SAOFC), conforme a especificidade do objeto, a complexidade da contratação ou outros elementos que a justifiquem, registrados expressamente no processo, nos quais devem ser considerados a redução de custos da contratação (art. 21, VI, da Resolução TSE n. 23.702/2022).

Este processo de aquisição de peças dá-se em vista de obter preços mais vantajosos, visto que a contratação ocorrerá diretamente com a exclusiva fornecedora no Brasil das peças dos equipamentos de VRF da Mitisubshi, que é a empresa **FAM AR CONDICIONADO**.

Desta maneira, esta Seção, indica que haverá tempo suficiente para elaborar um processo com todos os elementos necessários, que nessa contratação direta estão dispensados.

22. Também afastou o processamento da contratação por dispensa eletrônica, prevista nos arts. 28 e segs da IN TRE-RO n. 9/2022. Por certo, não haveria mesmo possibilidade de adotar-se esse procedimento para as inexigibilidades de licitação, vez que aquela



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ferramenta pressupõe a existência de disputa entre os fornecedores potenciais, o que não ocorre nessas circunstâncias. Aliás, os incisos do art 28 do referido regulamento, ao listar as hipóteses nas quais poderão ser adotadas o sistema de cotação eletrônica, nelas não incluiu, acertadamente, os casos de inexigibilidade de licitação. Por isso, a possibilidade de estimativa de preços realizada concomitantemente à seleção da proposta economicamente mais vantajosa resta prejudicada nas situações de inexigibilidade de licitação.

23. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Documento de Formalização da Demanda - DFD ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

3.1.2 Da análise da Estimativa da Despesa:

24. A possibilidade de a Administração contratar diretamente não a isenta de comprovar a regularidade dos preços e desconsiderar propostas excessivas ou inexequíveis. A jurisprudência do Tribunal de Contas da União - TCU é firme em indicar que a realização de pesquisa de preços, previamente à fase externa da licitação, é uma exigência legal para todos os processos licitatórios, inclusive para os casos de dispensa e inexigibilidade para cumprimento dos requisitos legais de caráter genérico, aplicáveis às contratações diretas, quais sejam: a) a **razão da escolha do fornecedor**; e b) a **justificativa do preço** (**art. 72, incisos VI e VII, da Lei n. 14.133/2021**).

25. Quanto à **escolha do fornecedor**, há nos autos **Carta de exclusividade** emitida pela Mitsubishi Electric Corporation, certificando que a proponente é, no momento, o único distribuidor no Brasil para fornecimento de partes e peças para equipamentos de ar condicionado tipo Split, Ar-Condicionado do tipo Package, Ar-Condicionado do tipo VRF City Multi e Ar-Condicionado do tipo Split System, Secadores de Mãos Jet Towel, sistemas de ventilação e recuperação de energia produzidos pela Mitsubishi Electric Corporation ([1019986](#)), documento que cumpre a necessária demonstração da inviabilidade competitiva exigida pelo **§ 1º do art. 74 da Lei n. 14.133/2021**. Assim, entende-se possível a contratação direta dos serviços com fundamento no **art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021**.

26. Quanto à **justificativa do preço**, tem-se que neste Tribunal as regras da estimativa da despesa estão disciplinadas pelo **art. 9º e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022**, que utiliza, por meio de seu Anexo V, documento padronizado, denominado de **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO**, elaborado em harmonia com o disposto no **art.**



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela **Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021**. No caso em análise o referido documento foi juntado ao processo inicialmente no evento ([1025166](#)), posteriormente retificada pela informação ([1027148](#)) e demonstra que o preço proposto pela fornecedora exclusiva dos serviços está compatível com os preços recentes por ela praticados para o fornecimento de peças a órgãos da Administração Pública - na forma dos documentos juntados ao processo ([1027145](#) [1027147](#)).

27. A análise das informações juntadas ao processo e registradas no **INFORMAÇÃO CONCLUSIVA DO VALOR ESTIMADO** revela que a unidade laborou dentro dos limites traçados pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do procedimento de estimativa da despesa ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022.

3.1.3 Da análise do termo de referência:

28. O Termo de Referência está disciplinado pelos **arts. 15 e sgs da IN TRE-RO n. 9/2022**, que o padroniza na forma de seu anexo VI, documento utilizado pela SEMAP para disciplinar as regras da contratação pretendida ([1018810](#)). Verifica-se que a unidade cuidou de inserir no TR todos os elementos tidos como essenciais, haja vista que alguns deles são dispensáveis, exigidos apenas para determinados objetos ou em função da sua complexidade. Destaca-se:

I - A definição do objeto para o atendimento da necessidade
- Capítulo 1;

II - A previsão da contratação no Plano Anual de Contratações de 2023 - Capítulo 2;

III - A fundamentação ou justificativa da contratação - Capítulo 3;

IV - A descrição da solução como um todo - Capítulo 4;

V - Os requisitos da contratação - Capítulo 5;

VI - A previsão de práticas de sustentabilidade - Capítulo 6;

VII - O modelo de execução do objeto - Capítulo 7; Conforme item 7.11 do TR combinado com a informação ([1027618](#)), informa que os produtos fornecidos deverão ser entregues a contar da entrega da nota de empenho, situação que será referida quando da conclusão deste parecer. Por fim, a Administração do TRE-RO



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

já firmou esse entendimento, de forma inaugural no PSEI [0000236-84.2023.6.22.8000](#).

- VIII - O modelo de Gestão do Contrato - Capítulo 8;
- IX - Critérios de medição e de pagamento - Capítulo 9;
- X - Aderência orçamentária, com indicação da fonte - Capítulo 12;
- XI - Critérios de Seleção de fornecedor - Capítulo 13;
- XII - Das infrações e sanções aplicáveis - Capítulo 14;
- XIII - Dos anexos - Capítulo 15.

29. Nesses termos, esta unidade conclui pela adequação legal do Termo de Referência n. 2/2023 - SEMAP ([1018810](#)) ao regime da Lei n. 14.133/2021 e às regras da IN TRE-RO n. 9/2022, podendo ser aprovado pela autoridade administrativa.

IV - CONCLUSÃO

30. Pelo exposto, e por tudo o mais que consta neste processo, esta assessoria jurídica conclui pela regularidade e observância dos requisitos formais dos documentos que integram a fase de planejamento da contratação, previstos no art. 72 da Lei n. 14.133/2021 e nas disposições da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022, motivo pelo qual opina:

a) Pela possibilidade de aprovação do **Termo de Referência n. 2/2023 – SEMAP ([1018810](#))** - também analisado e tido como regular pela SAC ([1027274](#)) - caso assim entenda a autoridade competente para aprovação, na forma do art. 72, VIII, da Lei n. 14.133/2021 e item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022;

b) pela possibilidade jurídica da contratação, por **Inexigibilidade de Licitação**, com fundamento no **art. 74, I, da Lei n. 14.133/2021**, dos serviços especificados no objeto do termo de referência citado, diretamente com a empresa **FAM da Amazônia Ind e Com de Ar Condicionado Ltda, CNPJ n. 84.113.349/0001-20**, no momento, o único distribuidor no Brasil para fornecimento de partes e peças para equipamentos de ar condicionado tipo Split, Ar-Condicionado do tipo Package, Ar-Condicionado do tipo VRF City Multi e Ar-Condicionado do tipo Split System, Secadores de Mãos Jet Towel, sistemas de ventilação e recuperação de energia produzidos pela Mitsubishi Eletric



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Corporation ([1019986](#)), no valor de **R\$ 107.924,00 (cento e sete mil novecentos e vinte e quatro reais)**, que também comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública, conforme certidões de regularidade registradas pelo SICAF ([1023569](#)), **devendo estas serem trazidas ao processo pela unidade demandante de forma atualizada e previamente à conclusão da contratação.**

c) Conforme já apontado no item 11 deste parecer a programação orçamentária para a despesa foi juntada no evento ([1027452](#)).

31. Considerando que da relação contratual não resultará obrigações futuras para a contratada, salvo garantia de peças, conforme relatado pela unidade demandante ([1027618](#)), **entende-se perfeitamente possível substituir o instrumento de contrato pela nota de empenho**, na forma prevista no caput do **art. 95 da Lei n. 14.133/2021** e com supedâneo na jurisprudência do TCU, como nos **Acórdãos 1.234/2018 e 363/2003 - ambos do Plenário e 7.125/2010 - 1ª Câmara**, que consolidou o entendimento de dispensa de instrumento para todas as contratações que não resultem obrigações futuras, principalmente dentro do limite de dispensa em razão do valor, aí incluídas as inexigibilidades de licitação.

32. Com precedente no **Acórdão TCU n. 1336/06-Plenário**, entende-se **necessária a publicação na imprensa oficial**, haja vista que o valor da contratação está acima do patamar da dispensa legal em razão do valor. Além disso, o item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022 estabelece que o extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários, serão divulgados no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO**. Contudo, em homenagem ao princípio da publicidade, constante no art. 37 da Constituição Federal, nada impede que seja feita também a **publicação no Diário da Justiça Eletrônico - DJE**.

À consideração da autoridade competente.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Katibone**

Holanda, Assessor(a) Chefe Substituto(a), em 06/07/2023, às 15:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1030905** e o código CRC **8577F35D**.

0001028-38.2023.6.22.8000

PROCESSO: 0001028-38.2023.6.22.8000

INTERESSADO: COORDENADORIA DE OBRAS, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS GERAIS

ASSUNTO: Inexigibilidade – Contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e materiais do sistema de VRF.

DESPACHO Nº 984 / 2023 - PRES/DG/GABDG

Trata-se de processo administrativo iniciado pela Seção de Manutenção Predial - SEMAP, visando à contratação da empresa FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR-CONDICIONADO LTDA., inscrita sob o CNPJ n. 84.113.349/0001-20, especializada no fornecimento de peças e materiais do sistema de *Variable Refrigerant Flow* (VRF), por inexigibilidade de licitação, de modo a suprir as necessidades atuais de sensores térmicos no segundo piso do Edifício-Sede, proteção térmica dos tubos do sistema no Anexo II, peças para repor durante a execução do contrato no ano de 2023 e parte de 2024 ([1016720](#)).

Para instrução dos autos, carreu-se o documento de formalização da demanda ([1016972](#)); a solicitação de contratação ([1017482](#)); o termo de referência ([1018810](#)); a carta de exclusividade da empresa ([1019986](#)); a proposta comercial da empresa ([1023072](#)); a informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação ([1027148](#)); a comprovação da regularidade para contratar com a Administração Pública por meio do SICAF ([1023569](#)).

Justifica-se a contratação na ocorrência de problemas em sensores térmicos, bombas de dreno, placas de inversão de ventiladores e outros componentes do sistema de climatização do tipo VRF da marca



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Mitsubishi, instalado no Edifício Sede e Anexo II deste Regional, e por não haver mais disponibilidade orçamentária no Contrato n. 08/2018 ([0301448](#)), visto que foi gasto R\$ 22.195,00 (vinte e dois mil cento e noventa e cinco reais) com peças, o que completou o limite do contrato informado, conforme consta do evento n. [0960666](#). Com isso, passa-se a efetuar esta aquisição por inexigibilidade, uma vez que a aludida empresa possui exclusividade de fornecimento de peças no Brasil, consoante itens 2.2 e 3.1 do TR ([1018810](#)).

O valor estimado para a contratação é de R\$ 107.924,00 (cento e sete mil novecentos e vinte e quatro reais).

A SAC, em análise do TR, complementado pela proposta da empresa, concluiu que os autos encontram-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, para contratação direta por inexigibilidade de licitação ([1027274](#)).

A SPOF, em atenção ao Despacho n. 549 da COFC ([1027421](#)), formalizou a programação orçamentária dos valores a serem executados neste exercício financeiro, informando que a despesa pretendida está adequada e compatível orçamentária e financeiramente com a LOA, PPA e LDO referentes a este exercício financeiro ([1027452](#)).

Instada, a Assessoria Jurídica da SAOFC opinou pela possibilidade de aprovação do TR; pela possibilidade jurídica da contratação, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021; pela possibilidade de substituição do instrumento de contrato pela nota de empenho; pela desnecessidade da publicação na imprensa oficial, haja vista que o valor da contratação está abaixo do patamar da dispensa legal. Além disso, ressaltou a necessidade de divulgação do extrato da nota de empenho - ou do contrato - juntamente com o ato autorizativo e demais documentos necessários no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1030905](#)).

Por sua vez, a SAOFC manifestou-se pela aprovação do TR; pela autorização da despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação; pela regularidade da Informação Conclusiva sobre o Valor Estimado da Contratação ([1027148](#)); pela contratação direta da empresa por inexigibilidade de licitação; e pela publicação do ato de inexigibilidade no Diário Oficial da União (DOU), bem como do ato autorizativo de inexigibilidade e do extrato do contrato ou nota de empenho no Diário de Justiça Eletrônico - DJE, além de divulgá-los no Portal Nacional de



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Contratações Públicas (PNCP) e no sítio eletrônico oficial do TRE-RO ([1031583](#)).

Assim instruídos, vieram os autos a esta Diretoria-Geral para apreciação. Entretanto, em análise foi detectado aparente conflito envolvendo o objeto dos presentes autos e o da contratação delineada no PSEI n. [0003649-42.2022.6.22.8000](#), tendo em vista também envolver o fornecimento de peças para manutenções do sistema de climatização VRF (Variable Refrigerant Flow) instalados nos edifícios da Justiça Eleitoral de Rondônia, de modo a impossibilitar a tramitação de ambos os feitos, tendo em vista que resultariam na vigência de dois contratos com o mesmo objeto, um dos quais por inexigibilidade ([1036718](#)).

Em atenção ao Despacho n. 829 ([1036718](#)), a SEMAP alegou que as contratações não estariam associadas, tendo em vista que a aquisição de peças pleiteada neste autos seria impulsionada para situações urgentes para atendimento do atual Contrato n. 08/2018 firmado com a empresa Vento Sul ([0301448](#)), prorrogado excepcionalmente até o dia 20/12/2023 ([1044852](#)). Com isso, a SAOFC manifestou-se pela continuidade do trâmite da presente contratação direta ([1037583](#)).

Analisando os autos, esta Diretora-Geral concluiu não haver mudança da situação inicialmente apurada, razão pela qual concluiu-se pela inviabilidade do prosseguimento da pretensa contratação direta, via inexigibilidade, em face da ausência de pressuposto legal a fundamentar situação de inexigibilidade, bem assim, ausência de comprovação nos autos capaz de respaldar a contratação do objeto em razão de situação caracterizadora de emergência e urgência ([1042504](#)).

Irresignada, a unidade demandante interpôs pedido de reconsideração, elencando as particularidades ocorridas no transcorrer deste processo, bem como apresenta novos esclarecimentos e submete os autos para nova análise. Nesse contexto, a SEMAP elucidou que para ajustar a futura contratação da prestação dos serviços, foi excluído qualquer tipo de fornecimento de peças, as quais serão adquiridas em processos apartados. Assim, considerando que os documentos que abalizam a aquisição das peças por inexigibilidade estão afinados com a Nova Lei de Licitação e Contratos 14.133/2021, o procedimento administrativo está devidamente instruído, com os pontos legais cabíveis à espécie atendidos e os conflitos de objetos esclarecidos, solicita-se a reconsideração da decisão contida no DESPACHO N. 903 / 2023 - PRES/DG/GABDG, evento n. [1042504](#) ([1046371](#)).



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Por seu turno, a SAOFC manifestou-se em concordância com o proposto pela SEMAP ([1047254](#)).

Inicialmente, cumpre registrar que o presente procedimento adota as regras da Lei n. 14.133, publicada em 1º de abril de 2021, regulamentada neste Tribunal na forma da Instrução Normativa TRE-RO n. 9/2022.

O art. 74 da Lei de Licitações e Contratos define que uma licitação é inexigível quando não é possível realizar um procedimento competitivo, sendo, portanto, necessária realizar uma contratação direta. Veja-se:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

(...)

Como verifica-se, o dispositivo exemplifica situações que podem caracterizar essa ausência de competição e, conseqüentemente, levar à inexigibilidade, dentre elas a situação da exclusividade do fornecedor, quando apenas uma única empresa oferece determinado produto ou serviço que a Administração Pública necessita. Dessa forma, se apenas uma empresa pode ser a fornecedora, não existe competição, logo não faz sentido realizar uma licitação.

Para comprovar que apenas determinada empresa é capaz de satisfazer a Administração, a legislação solicita comprovação da exclusividade, por meio de atestados, certificados e outros documentos, tal como está exposto no art. 74, § 1º:

(...)

§ 1º Para fins do disposto no inciso I do **caput** deste artigo, a Administração deverá demonstrar a inviabilidade de competição mediante atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica.

Como relatado, os presentes autos visam à contratação de empresa especializada no fornecimento de peças e materiais do sistema de VRF, por inexigibilidade de licitação, de modo a suprir as necessidades



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

deste Tribunal. Todavia, verificou-se aparente conflito envolvendo o objeto dos presentes autos e o da contratação delineada no PSEI n. 0003649-42.2022.6.22.8000, tendo em vista também envolver o fornecimento de peças para manutenções do sistema de climatização VRF instalados nos edifícios da Justiça Eleitoral em Rondônia.

Após as diligências entendidas necessárias, a unidade demandante esclareceu que para ajustar a futura contratação da prestação dos serviços, foi excluído qualquer tipo de fornecimento de peças, as quais serão adquiridas em processos apartados, de modo que o novo TR será apresentado no PSEI n. [0003649-42.2022.6.22.8000](#). Com efeito, no contexto deparado, é mais adequado tratar dois processos distintos, quais sejam, um para a contratação dos serviços necessários e outro para a compra das peças junto ao fornecedor exclusivo ([1046371](#)).

Essa abordagem permitirá uma maior transparência e controle sobre as aquisições realizadas, além de garantir a utilização dos recursos de forma mais vantajosa para a administração pública.

Além disso, ressalta-se que a SEMAP demonstrou elementos necessários para caracterizar a: I - necessidade, a partir das justificativas e fatores elencados nestes autos, nos seguintes documentos: Documento de Formalização da Demanda - DFD ([1016972](#)), Termo de Referência ([1018810](#)), Manifestação n. 18/2023 ([1037469](#)) e apontamentos constantes nos itens 2, 5 e 6 da Solicitação n. 31/2023 ([1046371](#)); a II - urgência e emergência, com base nas justificativas e esclarecimentos elencados nestes autos, nos seguintes documentos: Documento de Formalização da Demanda - DFD ([1016972](#)), Termo de Referência ([1018810](#)), Manifestação n. 18/2023 ([1037469](#)) e apontamentos constantes nos itens 2, 5 e 6 da Solicitação n. 31/2023 ([1046371](#)); e III - economia ao erário, a ser aferida com a futura contratação, conforme apontamento constante no item 3 da supracitada solicitação, bem como o disposto no Termo de Referência ([1018810](#)) e no Documento de Formalização da Demanda - DFD ([1016972](#)).

Feito os registros acima, verifica-se que a contratação pretendida poderá ser processada de forma direta, por inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso I, da Lei n. 14.133/2021, nos serviços especificados no objeto do termo de referência, diretamente com a empresa FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR-CONDICIONADO LTDA., fornecedora exclusiva de partes e peças para equipamentos de ar condicionado tipo Split, Ar-Condicionado do tipo Package, Ar-Condicionado do tipo VRF City Multi e Ar-Condicionado do tipo Split System, Secadores de Mãos Jet Towel, sistemas de ventilação e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

recuperação de energia produzidos pela Mitsubishi Eletric Corporation ([1019986](#)), documento que cumpre a necessária demonstração da inviabilidade competitiva exigida pelo § 1º do art. 74 da Lei n. 14.133/2021. Ademais, a empresa comprovou as condições mínimas para contratar com a Administração Pública.

Registra-se que, no caso sob análise, foram observados os requisitos previstos nos incisos VI e VII do art. 72 da Lei n. 14.133/2021, uma vez que, por se tratar de fornecedor único do serviço, como declarado nos autos, está justificada a escolha do fornecedor e, no tocante ao preço, o valor do contrato foi obtido a partir da comparação do valor da proposta com os preços praticados pelo fornecedor em outras instituições, para o fornecimento de idêntico objeto a órgãos da Administração Pública - na forma dos documentos juntados nestes autos e informação conclusiva sobre o valor estimado da licitação elaborado em harmonia com o disposto no art. 23 da Lei n. 14.133/2021, atualmente regulamentado pela Instrução Normativa SEGES/ME n. 65/2021 ([1027148](#)), onde há demonstração de que os valores apresentados são razoáveis e atendem aos princípios da eficiência e economicidade, mesmo tratando-se fornecedor exclusivo, o que dá suporte ao procedimento de exceção ao dever de licitar.

Diante do exposto e da necessidade da contratação, com base nas atribuições de competências conferidas pela Portaria TRE-RO n. 66/2018:

I - aprovo Termo de Referência n. 2/2023 – SEMAP ([1018810](#)), na forma do item 15 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022, com fundamento no inciso I do art. 72 da Lei. nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

II - aprovo o valor estimado constante da informação conclusiva de evento n. [1027148](#), em cumprimento ao item 40 do Anexo II da Resolução CNJ n. 215/2015 e ao Acórdão TCU n. 2622/2015-Plenário;

III - autorizo a despesa de forma direta por inexigibilidade de licitação, com fulcro no art. 74, inciso I, da Lei. n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos);

IV - Adjudico o objeto à empresa FAM DA AMAZÔNIA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE AR-CONDICIONADO LTDA., inscrita no CNPJ sob o n. 84.113.349/0001-20 e autorizo a emissão de Nota de Empenho em seu favor, no valor de R\$ 107.924,00 (cento e sete mil novecentos e vinte e quatro reais); e



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

V - Determino a divulgação do ato autorizativo e da nota de empenho no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) em cumprimento ao comando expresso constante no art. 94 da Lei 14.133/2021 c/c o disposto no item 28 do ANEXO VIII da IN TRE-RO n. 9/2022.

À SAOFC para continuidade das ações, visando à contratação pretendida.



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO**

LOPES, Diretora Geral, em 22/08/2023, às 18:34, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **1051073** e o código CRC **909D0917**.